

Demonstrações Contábeis

Companhia Transudeste de Transmissão

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

COMPANHIA TRANSUDESTE DE TRANSMISSÃO

CNPJ: 07.085.630/0001-55

Relatório anual da Administração

Aos acionistas

Em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, a Administração da Companhia Transudeste de Transmissão apresenta o Relatório da Administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2019, acompanhados do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem, a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia

A Companhia Transudeste de Transmissão tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

Através do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 005/2005, lote F - ANEEL, datado de 04 de março de 2005, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 345 kV, com 140 km de extensão, tendo origem na subestação de Itutinga, e término na subestação de Juiz de Fora, ambas no Estado de Minas Gerais.

Sistema de transmissão

As instalações de transmissão da Companhia Transudeste de Transmissão integram a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, estão sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL representado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos e entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados por Furnas Centrais Elétricas S.A e CEMIG, sob a supervisão e fiscalização da Companhia Transudeste de Transmissão, tendo apresentado um bom desempenho de suas atividades, sem ocorrência de falhas que viessem a comprometer os serviços de transmissão de energia elétrica.

Disponibilidade da Linha de Transmissão

	31/12/2019	31/12/2018
Dados operacionais:		
Disponibilidade (%)	100%	100%

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

1. Projeto “Malha de Aterramento de Baixa impedância para Torre da LT Utilizando Eletrodos Verticais Profundos’ com término previsto para 2020 – Esta é a terceira etapa da pesquisa sobre malha de aterramento. Em 2019 foram publicados diversos artigos e uma tese de doutorado.
2. Projeto “Utilização de uma Linha de Transmissão existente de 345 kV, como Linha Piloto para Experimentação de Novas Técnicas de Melhorias do Desempenho frente a Descargas Atmosféricas”. Em andamento as tratativas com a UFMG e a UFCG Universidade Federal de Campina Grande – PB onde 30% do investimento deste projeto será para atender a Lei 9991/2000 para pesquisas sediadas nas Regiões Nordeste e Norte do Brasil.

Responsabilidade Socioambiental

1. Palestras de Educação Ambiental e Comunicação Social realizada em setembro de 2019 no município de Ibertioga e no distrito de São Miguel do Cajuru sobre queimadas com divulgação durante dois meses na principal rádio da região.
2. No programa Comunicação Social visitamos aleatoriamente alguns proprietários ao longo da linha, esclarecendo dúvidas e a importância da linha de transmissão para a comunidade.
3. Em fevereiro de 2019 a Transudeste recebeu o Certificado permanente da Licença de Operação, atividade não sujeita à renovação nos termos da DN-Copam nº 217.

Desempenho econômico-financeiro

As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's).

Os resultados da Companhia no exercício foram:

	Regulatório 31/12/2019	Regulatório 31/12/2018	Societário 31/12/2019	Societário 31/12/2018
Lucro líquido	16.888	14.919	22.787	13.350
EBITDA	22.757	21.531	26.285	17.336

Finalmente, queremos deixar externados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, Seguradoras, Usuários, Agentes financeiros e ao Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

A Diretoria

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	5
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas da
Companhia Transudeste de Transmissão
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis Companhia Transudeste de Transmissão (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo contratual da Companhia é de R\$89.489 mil. O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo margem de construção, margem de operação e manutenção e receita de remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - *Revenue from contract with customer*) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) análise das premissas e julgamentos utilizados pela administração para definição da margem de construção e margem de operação e manutenção; iv) com apoio de profissionais especializados em avaliação de empresas para nos auxiliar na revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.



Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração da receita de construção e do ativo de contrato e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 30 de março de 2019 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

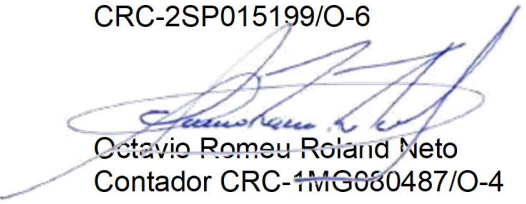


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 13 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Octavio Romeu Roland Neto
Contador CRC-1MG630487/O-4

Companhia Transudeste de Transmissão

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.199	3.096
Contas a receber concessionárias e permissionárias	5	2.891	2.659
Contas a receber ativo contratual	5	28.128	21.179
Tributos e contribuições sociais a compensar	6	80	73
Outros ativos circulantes		317	317
Total do ativo circulante		34.615	27.324
Não circulante			
Contas a receber concessionárias e permissionárias	5	240	240
Contas a receber ativo contratual	5	61.361	64.776
Outros ativos não circulantes		1.168	1.159
Imobilizado		12	14
Intangível		-	3
Total do ativo não circulante		62.781	66.192
Total do ativo		97.396	93.516

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		164	208
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	12.191	12.209
Tributos e contribuições sociais	6	737	635
PIS e COFINS diferidos	7	1.044	791
Encargos regulatórios	10	1.516	1.367
Encargos regulatórios diferidos	7	858	650
Outros passivos circulantes		49	42
Total do passivo circulante		16.559	15.902
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	21.303	33.476
PIS e COFINS diferidos	7	2.257	2.371
IRPJ e CSSL diferidos	7 a)	2.786	2.669
Encargos regulatórios diferidos	7	1.855	1.949
Total do passivo não circulante		28.201	40.465
Patrimônio líquido	11		
Capital social		30.000	30.000
Reserva de lucros		22.636	7.149
Total do patrimônio líquido		52.636	37.149
Total do passivo e patrimônio líquido		97.396	93.516

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	12	28.717	19.746
Custo de operação			
Serviços de terceiros		(1.011)	(890)
Pessoal		(196)	(227)
Outros		(382)	(454)
		(1.589)	(1.571)
Lucro operacional bruto		27.128	18.175
Despesas operacionais			
Pessoal e administradores		(566)	(546)
Material		(4)	(5)
Serviços de terceiros		(217)	(240)
Outras		(63)	(70)
		(850)	(861)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		26.278	17.314
Resultado financeiro			
Receita financeira	13	352	339
Despesa financeira	13	(2.791)	(3.554)
		(2.439)	(3.215)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		23.839	14.099
Imposto de renda corrente	14	(609)	(577)
Contribuição social corrente	14	(326)	(309)
IR e CS diferidos	7	(117)	137
		(1.052)	(749)
Lucro líquido do exercício		22.787	13.350
Lucro por ação		0,76	0,45

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	22.787	13.350
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>22.787</u>	<u>13.350</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de retenção de lucros		
Saldo em 1º de janeiro de 2018	30.000	5.890	1.000	11.751	-	48.641
Efeito CPC 47	-	-	-	-	(16.791)	(16.791)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13.350	13.350
Absorção do prejuízo CPC 47	-	-	(3.441)	-	3.441	-
Pagamento de dividendos declarados	-	-	-	(8.051)	-	(8.051)
Reserva de lucros	-	-	3.700	(3.700)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	30.000	5.890	1.259	-	-	37.149
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	22.787	22.787
Reserva legal	-	110	-	-	(110)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	9.500	(9.500)	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(6.041)	(6.041)
Pagamento de dividendos declarados	-	-	(1.259)	-	-	(1.259)
Reserva de lucros	-	-	7.136	-	(7.136)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	30.000	6.000	7.136	9.500	-	52.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transudeste de Transmissão

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	22.787	13.350
Depreciação e amortização	7	22
Encargos sobre empréstimos e debêntures	2.605	3.401
Outras variações	60	63
	25.459	16.836
(Aumento) redução no ativo		
Contas a receber concessionárias e permissionárias	(232)	(70)
Contas a receber ativo contratual	(3.534)	(1.569)
Tributos e contribuições sociais	(7)	45
Outros ativos	(10)	(213)
	(3.783)	(1.807)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(44)	36
Tributos diferidos	256	2.684
Tributos e contribuições sociais	102	(3)
Encargos regulatórios	202	2.704
Outros passivos	7	5
	523	5.426
Caixa gerado pelas das atividades operacionais	22.199	20.455
Juros pagos	(2.551)	(3.334)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	19.648	17.121
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de dividendos	(7.300)	(11.969)
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(12.245)	(4.082)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(19.545)	(16.051)
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	103	1.070
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.096	2.026
Saldo caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.199	3.096
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	103	1.070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Transudeste de Transmissão (“Companhia” ou “Transudeste”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado em 25 de outubro de 2004 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. A Companhia entrou em operação comercial em 23 de fevereiro de 2007.

Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão foram realizados pela CEMIG Geração e Transmissão e por FURNAS Centrais Elétricas, sob a supervisão e fiscalização da Companhia.

Pelo Contrato de Concessão nº 005/2005, de 4 de março de 2005, foi outorgado à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL, a concessão para construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora - 345 kV pelo período de 30 anos (março/2035).

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, a ANEEL, e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de junho a julho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

Número	Prazo (anos)	Contrato de concessão		Índice de correção
		Vigência até	RAP (*)	
005/2005	30	04/03/2035	28.384	IGP-M

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565, de 25/06/2019.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela diretoria em 18 de fevereiro de 2020.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Transudeste. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação das receitas de infraestrutura e de operação e manutenção, definição da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição e amortização de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetuou análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

Determinação dos serviços de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços e margem suficiente para cobrir os custos de operação e manutenção.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo são classificados como “Valor justo por meio do resultado”. Contas a receber da concessão são classificadas como “Ativo contratual pelo custo amortizado”, em conformidade com o CPC 47 - Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15).

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.2. Ativo contratual da concessão

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, registrado em concessionárias e permissionárias) pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto de 10,42%; e (ii) atualizado pelo IGP-M.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos

A Administração da Transudeste revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019, a Transudeste não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3.4. Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.5. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Transudeste possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.6.1. Provisões para contingências

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.7. Arrendamentos

A Transudeste avalia, na data de início do contrato de arrendamento, aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Transudeste reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.8. Tributação

3.8.1. Impostos sobre a receita

As receitas da Transudeste está sujeita aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%.

3.8.2. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O imposto de renda e a contribuição social da Transudeste é optante pelo regime do lucro presumido.

Diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.9. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3.9.1. Receita de implantação de infraestrutura

Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do período, por esse motivo ao projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.9.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.9.3. Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.9. Reconhecimento da receita--Continuação

3.9.3. Receitas de operação e manutenção--Continuação

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social (PIS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), bem como Encargos Regulatórios (Reserva Global de Reversão "RGR" e Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica "TFSEE") registrados no passivo não circulante.

3.9.4. Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.10. Resultado por ação

A Transudeste efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

3.11. Adoção de novos pronunciamentos

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2019 as normas abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis.

ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) - Tributos sobre o Lucro e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.11. Adoção de novos pronunciamentos--Continuação

ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro--Continuação

- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação tem vigência para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia fez a análise da aplicação do ICPC 22 (IFRIC 23) em suas informações contábeis e não apontou impacto na avaliação desta norma.

CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de Arrendamento Mercantil; CPC 06 (IFRS 16)

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do IFRS 16/CPC 06 (R2). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamentos como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia fez a análise da aplicação do IFRS 16/CPC 06 (R2) em suas informações contábeis e não apontou impacto na avaliação desta norma.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.12. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes em 31/12/2019

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Transudeste, estão descritas a seguir. A Transudeste pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios;
- Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material Alterações ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro;
- Alterações ao CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	2	2
Bancos	1.154	998
Aplicações financeiras	<u>2.043</u>	<u>2.096</u>
	<u>3.199</u>	<u>3.096</u>

As aplicações financeiras referem-se ao Fundo de Investimento no Banco do Brasil, cuja modalidade de aplicação nomeada “ BB Amplo FIC FI Renda Fixa Crédito Privado”, com remuneração média pós-fixada durante o período de 93,36% do CDI.

5. Contas a receber - concessionárias e permissionárias e ativo contratual

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Concessionárias e permissionárias (5.1)	3.131	2.899
Ativo contratual (5.2)	<u>89.489</u>	<u>85.955</u>
	<u>92.620</u>	<u>88.854</u>
Ativo circulante	31.019	23.838
Ativo não circulante	61.601	65.016

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber - concessionárias e permissionárias e ativo contratual-- Continuação

5.1. Concessionárias e permissionárias

Valores a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os quais possuem seguro garantia.

5.2. Ativo contratual

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida (RAP) recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão, inclusive Parcelas de ajuste e Rateio de Atencipação contantes no AVC (Aviso de Crédito).

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

a) Movimentação do ativo contratual em 31 de dezembro de 2019

Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>101.177</u>
CPC 47 - adoção inicial	(13.951)
Receita operacional bruta	21.429
Realização do ativo contratual	<u>(22.700)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>85.955</u>
Receita operacional bruta	31.114
Realização do ativo contratual	<u>(27.580)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>89.489</u>
Contas a receber ativo contratual - circulante	28.128
Contas a receber ativo contratual - não circulante	61.361

As contas a receber ativos contratuais incluem os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita financeira e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Tributos e contribuições sociais e tributos

	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante		
PIS, COFINS e CSSL da Lei nº 10.833/2003	10	20
IR a compensar	70	53
	80	73
Passivo circulante		
IRPJ	273	242
CSLL	144	127
COFINS	234	200
Outros	86	66
	737	635

7. Impostos e encargos diferidos

	31/12/2019	31/12/2018
PIS diferido	588	563
COFINS diferido	2.713	2.599
RGR diferidos	2.351	2.253
Taxa de fiscalização	362	346
	6.014	5.761
Circulante	1.902	3.162
Não circulante	4.112	2.599

O diferimento das contribuições e encargos regulatórios diferidos é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo de concessão e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais.

a) IRPJ e CSSL diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o ICPC 01 (R1) e OCPC 05 - Contratos de Concessão e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.669
Tributos diferidos reconhecidos no resultado	117
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.786

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/12/2019					31/12/2018
	Circulante			Não circulante		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Total	
Debêntures	12.119	19	12.191	21.303	33.494	45.685
Total	12.119	19	12.191	21.303	33.494	45.685

Contratos em vigor

O saldo da conta de “Empréstimos e financiamentos” em 30/06/2019 referem-se a valores correspondentes a 2ª emissão de Debêntures emitidas 26/09/2017, sem garantias, através do Banco Itaú Unibanco S.A. e Itaú Corretora de Valores.S.A. O prazo da operação é de cinco anos com vencimento em 22/09/2022, as amortizações tem carência de um ano para pagamento do principal e o pagamento de juros serão mensais. O 1º pagamento da amortização será em 26/09/2018.

A remuneração renderá juros de 100% variação acumulada DI (dia) somados à taxa efetiva de 0,7750% ao ano. O resgate antecipado poderá ocorrer a partir do 31º mês da data da emissão.

Caso o limite da dívida líquida ultrapasse o valor de R\$74.871 até junho/2021 e R\$69.753 a partir de julho/2021, a Companhia deverá calcular a correção monetária da dívida pela atualização do IGP-M desde 01/01/2017.

Não existem cláusulas restritivas (*covenants*) para os contratos acima.

As captações objetivam melhor estruturação da implantação do sistema de transmissão de energia da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora.

Seguem os totais dos empréstimos e financiamentos a longo prazo que vencerão nos próximos anos:

	<u>Total</u>
2021	12.172
2022	9.131
Total	<u>21.303</u>

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrado conforme a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2017	49.700
Provisões de juros	3.401
Juros pagos	(3.334)
Amortizações de principal	(4.082)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	45.685
Provisões de juros	2.605
Juros pagos	(2.551)
Amortizações de principal	(12.245)
Saldo em 31 e dezembro de 2019	33.494

9. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possuía processos judiciais em aberto de natureza cível, trabalhista e tributário de perda provável e/ou possível.

10. Encargos regulatórios

	31/12/2019	31/12/2018
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	1.361	1.197
RGR/Taxa de fiscalização ANEEL	155	170
Total	1.516	1.367

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 e dezembro de 2019 e 2018, o capital social autorizado e integralizado era de R\$30.000, representado por 30.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, é a seguinte:

Acionista	Quantidade de ações		
	Integralizadas Ordinárias	% do capital Votante	Total
Transminas Holding S/A	12.300.000	41,00%	41,00%
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - Taesa	14.700.000	49,00%	49,00%
EATE	3.000.000	10,00%	10,00%
	30.000.000	100,00%	100,00%

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reservas de lucro

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva de retenção de lucros

Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei. A Administração da Companhia entende que tal parcela do lucro deve ser retida.

d) Dividendos adicionais propostos

Refere-se a parcela do lucro líquido à disposição do acionistas para deliberação na AGO para pagamento.

12. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receita operacional bruta	31.114	21.429
Parcela variável (-)	(82)	(19)
	31.032	21.410
Deduções da receita operacional		
PIS	(202)	(139)
COFINS	(931)	(643)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(806)	(556)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(252)	(240)
Taxa de fiscalização	(124)	(86)
	(2.315)	(1.664)
Receita operacional líquida	28.717	19.746

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Rendimentos aplicação financeira	307	302
Outras receitas financeiras	45	37
	352	339
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.533)	(3.399)
Outras despesas financeiras	(258)	(155)
	(2.791)	(3.554)
Total do resultado financeiro	(2.791)	(3.554)

14. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido, conforme abaixo. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social debitada no resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	31.114	31.114	21.429	21.429
Parcela variável (-)	(82)	(82)	(29)	(29)
Receita operacional	31.032	31.032	21.410	21.410
Ajustes na receita operacional para fins IRCS	(3.789)	(3.789)	4.415	4.415
Receita operacional ajustada	27.243	27.243	25.825	25.825
Alíquota aplicada sobre a receita	8%	12%	8%	12%
Subtotal	2.179	3.269	2.066	3.099
Receitas financeiras	352	352	339	339
Base de cálculo	2.531	3.621	2.405	3.438
Alíquotas utilizadas para o cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%
Total	609	326	577	309

A Companhia possui antecipação da tutela garantindo o cálculo do IRPJ e da CSLL com aplicação dos percentuais de presunção de 8% e 12%, respectivamente.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Transudeste não tinha contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

a) Classificação dos instrumentos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa são classificados como valor justo por meio do resultado. Contas a receber da concessão é classificado como ativo contratual pelo custo amortizado.

Debêntures, líquidos dos custos a amortizar, e fornecedores são classificados como outros passivos financeiros e mensurados pelo custo amortizado.

b) Hierarquia do valor justo

A Transudeste utilizou a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis I e II, nem para dentro ou fora do nível III. A Transudeste classificou os saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, títulos e valores mobiliários e debêntures como nível I.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Instrumentos financeiros e gestão de riscos--Continuação

c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Transudeste podem ser assim identificados:

Risco de crédito - a Transudeste mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 916 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Transudeste mantém contratos regulando a prestação de seus serviços e também com cláusula de garantia bancária;

Risco de preço - as receitas da Transudeste são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M;

Risco de taxas de juros - a atualização dos contratos de debêntures da Transudeste estão vinculados a variação do CDI;

Risco de liquidez - a principal fonte de caixa da Transudeste é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica que é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

A Administração da Transudeste não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

16. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2019, a remuneração da Administração com a diretoria foi de R\$210 (R\$202 em 31 de dezembro de 2018), compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

Companhia Transudeste de Transmissão

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Benefício a empregados

A Companhia e suas controladoras, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: participação nos lucros, seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

Conselho de Administração

Enio Luigi Nucci - Presidente

Marcelo Tosto de Oliveira Carvalho - Conselheiro

Paulo Augusto Nepomuceno Garcia - Conselheiro

José Aloíse Ragone Filho - Conselheiro

Raul Lycurgo Leite - Conselheiro

Diretoria

José Renato Simões Machado - Diretor Técnico

Eduardo A.de Figueiredo - Diretor Adm. Financeiro

Contadora responsável

Flávia Miranda Silva Pereira
Contadora CRC nº MG-067247/0-2